

REDE URBANA DE SANTA CATARINA: CENTRALIDADES URBANAS, INTERAÇÕES ESPACIAIS E REORGANIZAÇÃO RECENTES DO TERRITÓRIO¹

Rafael Matos Felácio²

RESUMO

O texto em questão feito com base em pesquisa em andamento em nível de doutorado, objetiva apresentar de forma sucinta a literatura sobre a temática – rede urbana e as bases teóricas metodológica e conceituais buscando contextualizar com a realidade urbana do estado de Santa Catarina. O trabalho parte da construção histórica utilizando-se da categoria formação socioespacial e no método materialista histórico-dialético, nos conceitos de redes, de centralidades urbanas e interações espaciais. Para tanto, o texto está dividido em três momentos: na parte inicial do texto, será feito uma breve caracterização do objeto de estudo; na segunda, uma apresentação da literatura, bem como suas contribuições teóricas; e na última parte será dado ênfase brevemente na configuração da rede urbana de Santa Catarina. Há de se considerar que a rede urbana é “produto” da estrutura territorial (material ou imaterial – tangível e intangível) – resultante da formação socioespacial e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. E que a rede urbana pode ser uma das formas de materialização da criação, apropriação e circulação do valor excedente fundamental para o movimento circulatório do capital que pode estar presente, ora na esfera da produção, ora em atividades de serviços, do comércio, da indústria ou do capital financeiro. O resultado, portanto, é contribuir com um levantamento da literatura sobre tal temática nas variações escalares e apresentar uma sucinta caracterização da rede urbana de Santa Catarina e suas centralidades regionais e formas de interações espaciais.

Palavras-chave: Rede urbana; Centralidades, Interações espaciais, Território.

ABSTRACT

The text in question was written based on ongoing research at doctoral level. It aims to succinctly present the literature on the topic – urban network and the methodological and conceptual theoretical bases, contextualizing with the urban reality of the state of Santa Catarina. The work starts from historical construction using the socio-spatial formation category and the historical-dialectic materialist method, the concepts of networks, urban centralities and spatial interactions. Therefore, the text is divided into three moments: in the initial part of the text, a brief characterization of the object of study will be made; in the second, a presentation of the literature, as well as theoretical contributions; and in the last part emphasis will be placed briefly on the configuration of the urban network of Santa Catarina. The text presents the urban network as a “product” of the territorial structure (material or immaterial – tangible and intangible) – resulting from socio-spatial formation and the stage of development of productive forces and production relations. And that the urban network can be one of the forms of materialization of the creation, appropriation and circulation of surplus value fundamental to the circulatory movement of capital that can be present, sometimes in the sphere of production, sometimes in service activities, commerce, industry or financial capital. The result, therefore, is to contribute to a survey of the literature on this topic in scalar variations and present a succinct characterization of the urban network of Santa Catarina, regional centralities and forms of spatial interactions.

KEYWORDS: Urban network, Centralities, Spatial interactions, Territory.

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa de doutorado em andamento do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina e desenvolvido com bolsa de estudo em nível de doutorado através da CAPES.

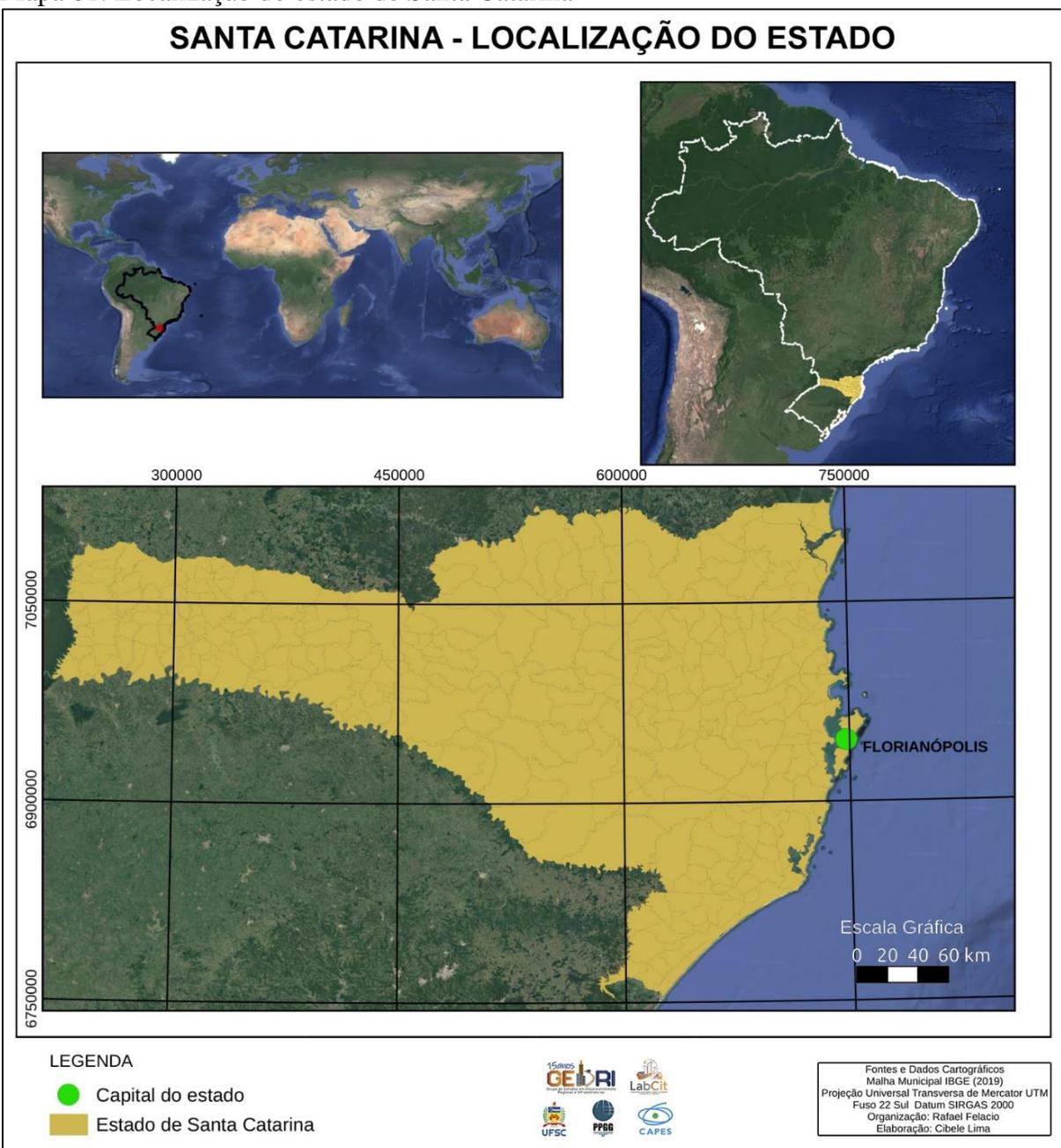
² Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: rafaelmf_geografia@hotmail.com ou rafaelmfdoutorado@gmail.com



INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta alguns apontamentos da rede urbana de Santa Catarina (mapa 01), suas centralidades e breves considerações sobre as interações espaciais. O estudo em tela tem como premissa as relações econômicas, sociais e políticas dialeticamente articuladas com as escalas nacional, estadual e regional, caracterizando brevemente as mudanças nas estruturas produtivas e nas infraestruturas técnicas base da reorganização da rede urbana frente tais mudanças.

Mapa 01: Localização do estado de Santa Catarina

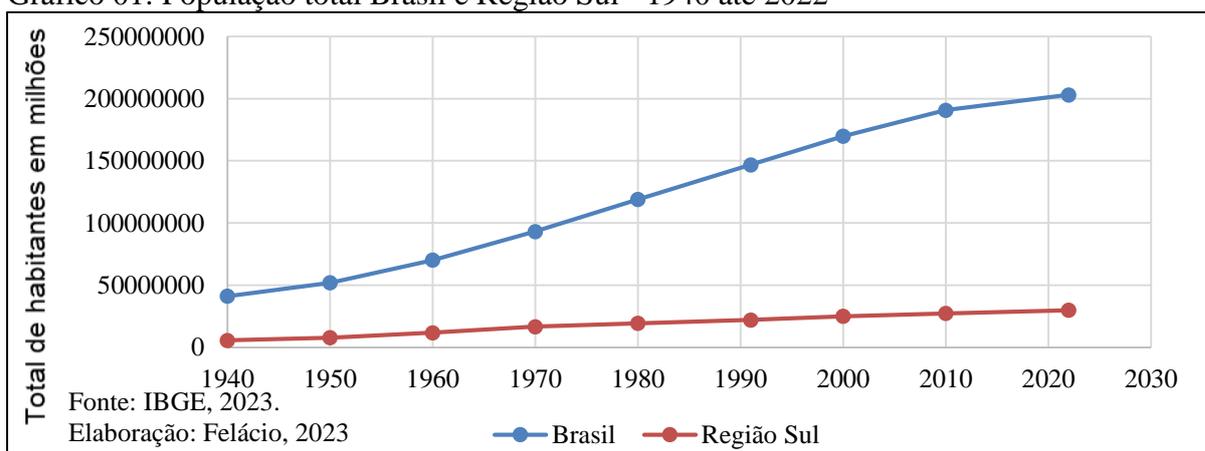


Objetivando apontar que a formação socioespacial e as transformações econômicas como premissas para a formação e configuração da rede urbana e das centralidades, e que suas configurações e interações espaciais estão presentes nas infraestruturas dos transportes em Santa Catarina. O texto em questão apresenta de forma sucinta a literatura sobre a temática – rede urbana e as bases teóricas metodológicas. Será apresentado com base em pesquisa em andamento em nível de doutorado as concepções teóricas e conceituais dos estudos e metodologias sobre a rede urbana contextualizando com a realidade urbana do estado de Santa Catarina.

O texto está dividido em três partes: na parte inicial será feita uma breve caracterização do objeto de estudo; na segunda parte um caracterização da literatura, bem como suas contribuições teóricas; e na última parte a ênfase será nos apontamentos da rede urbana de Santa Catarina, suas centralidades e formas de interações espaciais. O resultado, portanto, é contribuir com um levantamento da literatura sobre tal temática nas suas variações escalares e apresentar uma sucinta caracterização da rede urbana de Santa Catarina e suas centralidades regionais e interações espaciais.

Nesse sentido, como forma apresentação do objeto de estudo e de comparação histórica do crescimento populacional de Santa Catarina com os demais estados da região Sul do país. A partir dos censos demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022, (gráficos 01 e 02), será possível inferir que Santa Catarina, em quase cinco décadas, praticamente dobrou sua população e concentração demográfica.

Gráfico 01: População total Brasil e Região Sul - 1940 até 2022

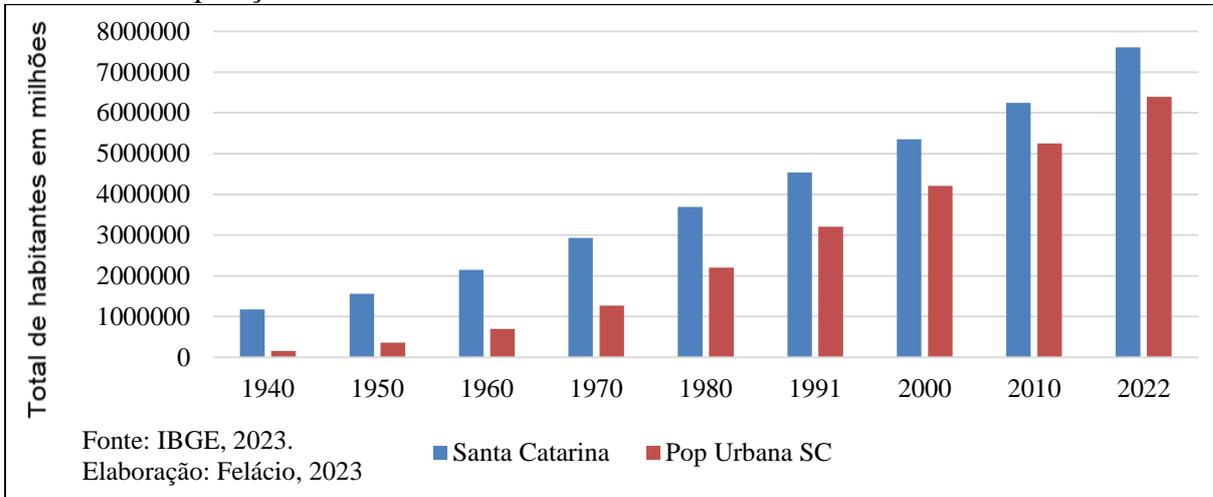


Diante dos dados mais gerais sobre a população, Santa Catarina, segundo censo do IBGE (2022), possui 7.609,601 milhões de habitantes; desses, 6.392,064 milhões estão localizados no espaço urbano, o que corresponde a 83,99% do total de habitantes. E 1.217,537 milhões de habitantes residem no espaço rural, o que representa 16,01% do total. Ainda



conforme os dados do censo demográfico, do total de habitantes, 3.775,884 são homens, ou seja 49,62% da população; e 3.833,717 são mulheres, o que equivale a 50,38%.

Gráfico 02: População total e urbana de Santa Catarina - 1940 até 2022



Esses dados estão expressos na (tabela 01) sucintamente apresentados sobre a população total, urbana, rural e divisão por sexo e (tabela 02). Destacam que apenas 13 municípios, totalizam 3.100.569 milhões de habitantes, o que corresponde a 49,62 % do total de habitantes, explicitando, portanto, que esses respectivos municípios tendem a centralizar e concentrar uma polarização seja ela econômica, política, financeira, informacional, entre outros aspectos.

Tabela 01: População urbana, rural e percentagem por sexo de Santa Catarina

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO	TOTAL	URBANA	RURAL
Santa Catarina Números totais	População total	7.609,601	6.392,064	1.217,537
	Total de homens	3.775,884	Total de mulheres	3.833,717
Santa Catarina Porcentagem	População total	100	83,99	16,01
	Total de homens	49,62	41,27	8,35
	Total de mulheres	50,38	42,72	7,66

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2022)

Elaboração: Felácio., 2023

Tabela 02: Municípios catarinenses com mais de 100 mil habitantes

Municípios	Número de habitantes	Municípios	Número de habitantes
1° Joinville	617.979	8° Criciúma	231.088
2° Florianópolis	574.200	9° Jaraguá do Sul	193.304
3° Blumenau	363.340	10° Lages	164.881
4° Itajaí	291.169	11° Brusque	141.676
5° São José	287.409	12° Balneário Camboriú	140.036
6° Chapecó	251.150	13° Tubarão	114.389
7° Palhoça	236.638	14° Camboriú	112.167

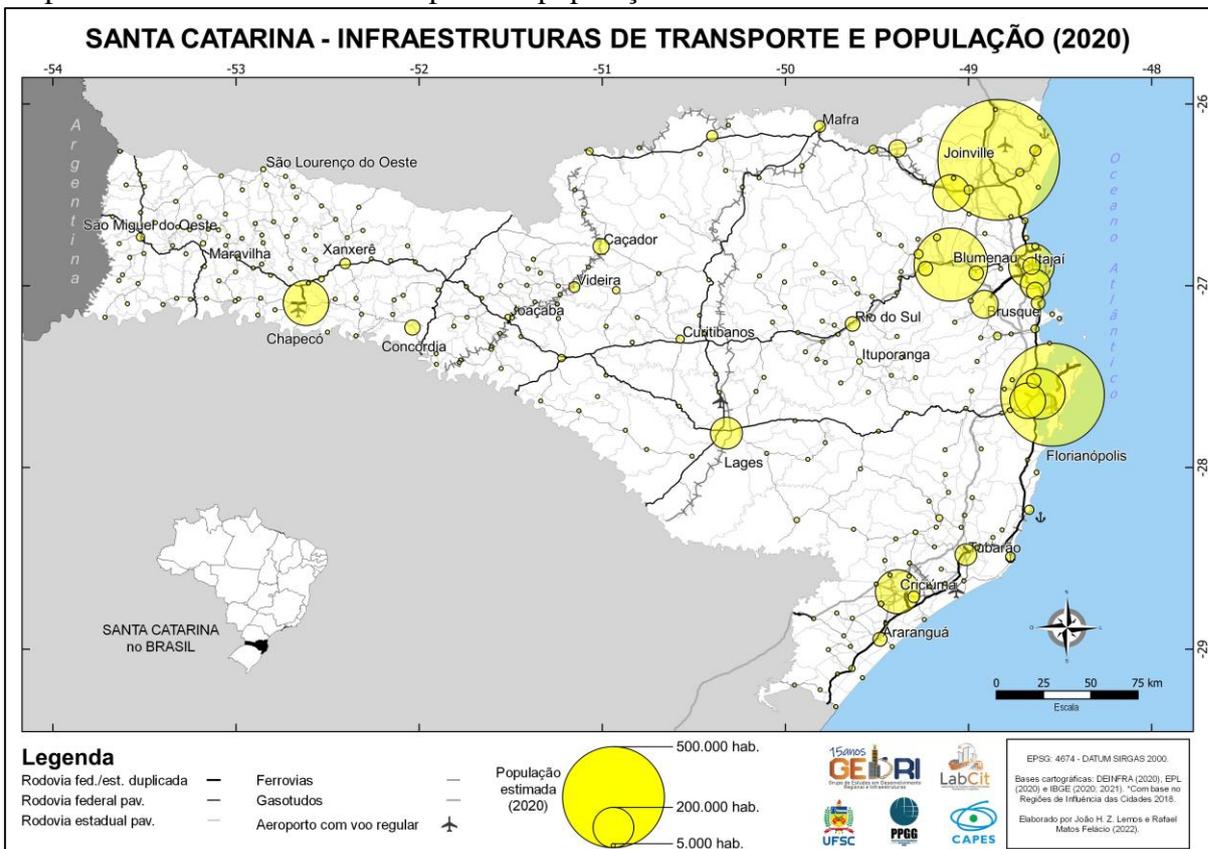
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2022)

Elaboração: Felácio. 2023

O estado de Santa Catarina tem atualmente 295 municípios e apenas 14 cidades somam 47,9% da população e possuem mais de 100 mil habitantes que são: Joinville, com 617.979 mil habitantes; Florianópolis, com 754.200 mil; Blumenau, com 363.340 mil; Itajaí, com 291.169 mil; São José, com 287.409 mil; Chapecó, com 251.150 mil; Palhoça, com 236.638 mil; Criciúma, com 231.088; Jaraguá do Sul, com 193.304 mil; Lages, com 164.881 mil; Brusque, com 140.167 mil; Balneário Camboriú, com 140.036 mil; Turbarão, com 114.389 mil e Camboriú 112.167 mil habitantes.

Diante desse contexto, em que basicamente 14 cidades desempenham papel significativo no espaço urbano e, por conseguinte na rede urbana de Santa Catarina (mapa 02), e que tais cidades são primordiais na realização do cotidiano de quase 48% da população catarinense e exercem centralidades regionais, predominando assim a maior dinamização econômica do estado – divisão territorial do trabalho. O que implica dizer que na estrutura produtiva e funcional (cidades) do estado algumas cumprem o “poder” de centralidade na produção industrial e agrária; distribuição de mercadorias; circulação de pessoas e informação; consumo com ênfase nos serviços.

Mapa 02: Infraestruturas de transportes e população de Santa Catarina - 2020



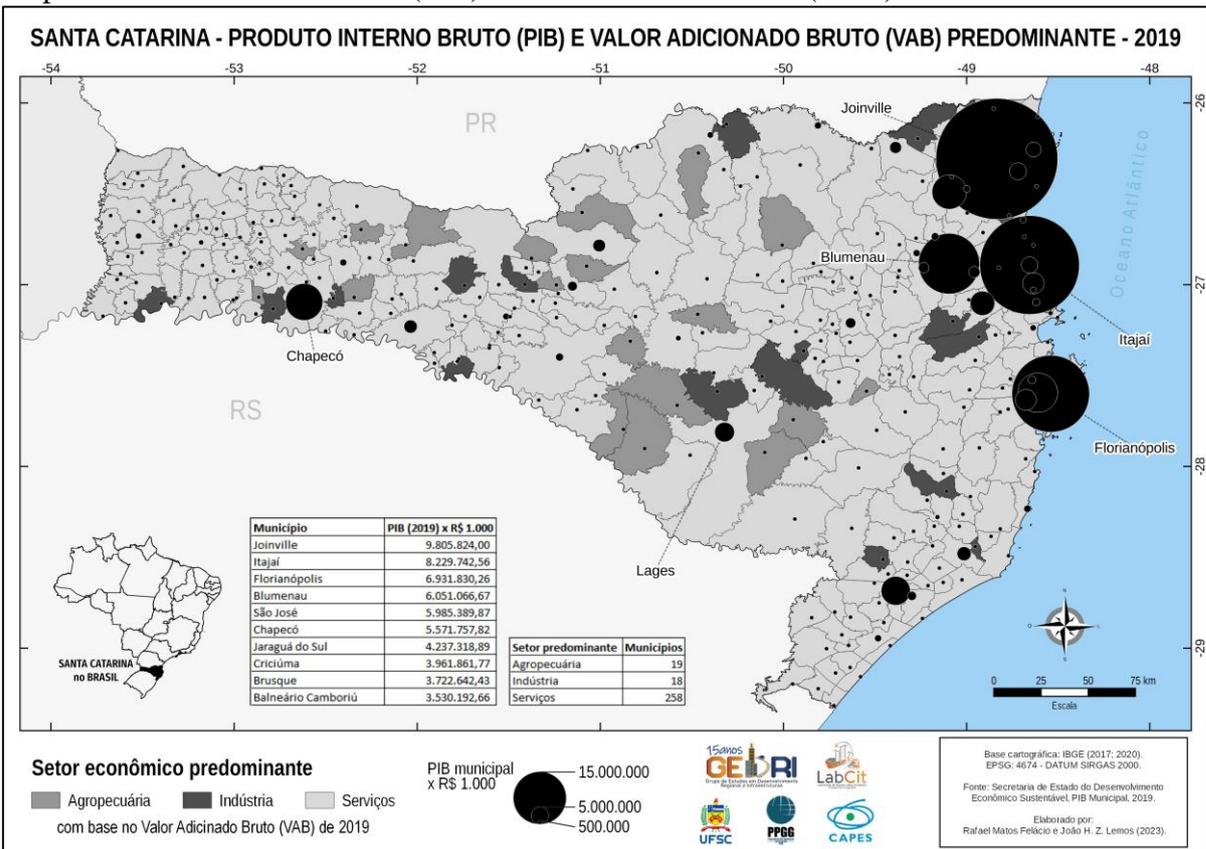
Portanto, uma das premissa aqui usada é de que a formação econômica social e a formação socioespacial geraram e geram uma divisão territorial do trabalho (produção,



distribuição, circulação e consumo) e o processo de formação, da configuração e dinâmica da rede urbana de Santa Catarina e suas formas de interações espaciais, suas centralidades e infraestruturas técnicas do transportes terrestre (mapa 02) são consequências da acumulação desigual das forças produtivas que geraram diferenciação e desequilíbrios socioespaciais.

Assim, conforme as proposições até aqui apresentadas, das infraestruturas de transportes e concentração demográfica especializada. A centralidade textual aqui é contribuir com o debate e estudos sobre a rede urbana de Santa Catarina, suas centralidades e funções que cada cidade exerce regionalmente – atuando primordialmente na formação do PIB (mapa 03) produção, distribuição ou consumo de bens, serviços e informações que se efetivam e constituem diante da construção das hierarquias, ora menos e ora mais fluidas. Sua configuração e hierarquia urbana são mensuradas a partir das formas e do papel que as interações espaciais desempenham sobre o território e na formação da rede urbana catarinense.

Mapa 03: Produto interno bruto (PIB) e valor adicionado bruto (VAB) de Santa Catarina - 2020



Ainda no que se refere aos dados mais gerais sobre os aspectos econômico cabe descrever, sucintamente, as bases produtivas e suas respectivas localizações e participação no PIB total e também a relação entre o PIB total e PIB per capita catarinense. Conforme os municípios (mapa 04), entre elas a indústria de transformação é responsável por quase 30% do

PIB de Santa Catarina e está concentrada no Vale do Itajaí, predominantemente em Blumenau e na região norte/nordeste, notadamente em Joinville.

Santa Catarina ocupa a sexta posição no ranking nacional em relação ao PIB, o que corresponde a 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) que tem uma participação muito significativa das atividades de Serviços, Comércio, Administração Pública e, em menor proporção, Agropecuária. As atividades inseridas no setor terciário – administração pública, comércio e serviços – representam 63,2%; a atividade industrial, inserida no setor secundário, contribui fortemente para o PIB do estado com 29,3%, totalizando 92,5%, restando 7,5%, para as demais atividades.

A representação do PIB catarinense, a partir das atividades econômicas é algo, que, atrelado posteriormente ao mapeamento das respectivas atividades sobre o território catarinense (divisão territorial do trabalho), possibilita-nos fazer um apontamento e espacialização das principais cidades com centralidade na rede urbana de Santa Catarina. Sobretudo, atrela-se na conceituação de polarização das atividades, de serviços, do comércio, entre outras, que determinado município exerce dentro do território catarinense.

Portanto, os dados do PIB destacam o fenômeno no qual um município exerce sua influência econômica sobre outros, atraindo sua população devido à concentração dos serviços, comércio e emprego por eles oferecidos, algo que passa e constrói interações espaciais. Cabe mencionar que, do total do PIB catarinense, cinco municípios representam maior participação; em termos percentuais, equivalente a 37% do PIB total do estado. São, respectivamente, os municípios de Joinville, Itajaí, Florianópolis, Blumenau e São José.

METODOLOGIA

Partindo da premissa de que a rede urbana pode ser uma das formas de materialização da criação, apropriação e circulação do valor excedente fundamental para o movimento circulatório do capital e pode estar presente, ora na esfera da produção, ora em atividades de serviços, do comércio, da indústria ou do capital financeiro. Então, de forma quantitativa e qualitativa os dados e elementos utilizados possibilitam espacializar e apontar breves considerações sobre a rede urbana de Santa Catarina, suas centralidades e interações espaciais frente à recente reorganização do território.

Há de se considerar que a rede urbana é “produto” da estrutura territorial (material ou imaterial – tangível e intangível) – resultante da formação socioespacial e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. E, também, que a rede urbana pode ser uma das formas de materialização da criação, apropriação e circulação do valor excedente fundamental para o movimento circulatório do capital que pode estar presente, ora



na esfera da produção, ora em atividades de serviços, do comércio, da indústria ou do capital financeiro.

Para tanto, o recorte temático, o territorial e temporal que nos permite apontar a rede urbana e sua configuração, suas centralidades e suas formas de interações espaciais são os seguintes: recorte temático, rede urbana; recorte espacial, o estado de Santa Catarina; e o recorte temporal, a partir de 1950. Assim sendo, o estudo transita por dados na forma de tabelas, gráficos e representações cartográficas de elementos tais como: as infraestruturas dos transportes e comunicação; fluxos de mercadorias, informações, pessoas e capitais (figura 01) e as formas de interações espaciais e sua dinâmica sobre o território de Santa Catarina.



Figura 01: Organização dos elementos e variáveis utilizadas no estudo da rede urbana de Santa Catarina
Elaboração: Felácio, 2023

Para alcançar essas respostas é necessário a utilização de dados obtidos em instituições governamentais ou não governamentais nas variadas esfera de poder – municipal, estadual ou federal sobre a produção, circulação, distribuição e consumo; bem como sobre os aspectos sociais, econômicos e das principais infraestruturas dos transportes e equipamentos urbanos atuantes no processo de circulação do capital, pessoas e informações – da rede urbana.

As principais fontes dos dados aqui usados são: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Ministério dos Transportes; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Relação Anual de Informações Sociais; Instituto de pesquisa Econômica Aplicada; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Estado da Infraestrutura; Secretaria de Estado do Planejamento, entre outros.



REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho parte da construção histórica utilizando-se da categoria formação socioespacial e caracteriza, de forma sucinta, as configurações e dinâmica da rede urbana de Santa Catarina sustentado no método materialista histórico-dialético, nos conceitos de redes, de centralidades urbanas e interações espaciais. De modo que o uso da categoria formação socioespacial – acumulação histórica desigual no espaço e no tempo – estrutura o trabalho como base na construção teórica-conceitual do marxismo trabalhados nos estudos geográficos por Santos (2009): estrutura, processo, função e forma.

Nesse sentido, os principais conceitos e os autores norteadores e centrais para construção metodológica e formulação conceitual de redes sustenta-se (figura 02) nos formulados pelos autores Walter Christaller, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, além de utilizarmos também os conceitos de rede formulados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

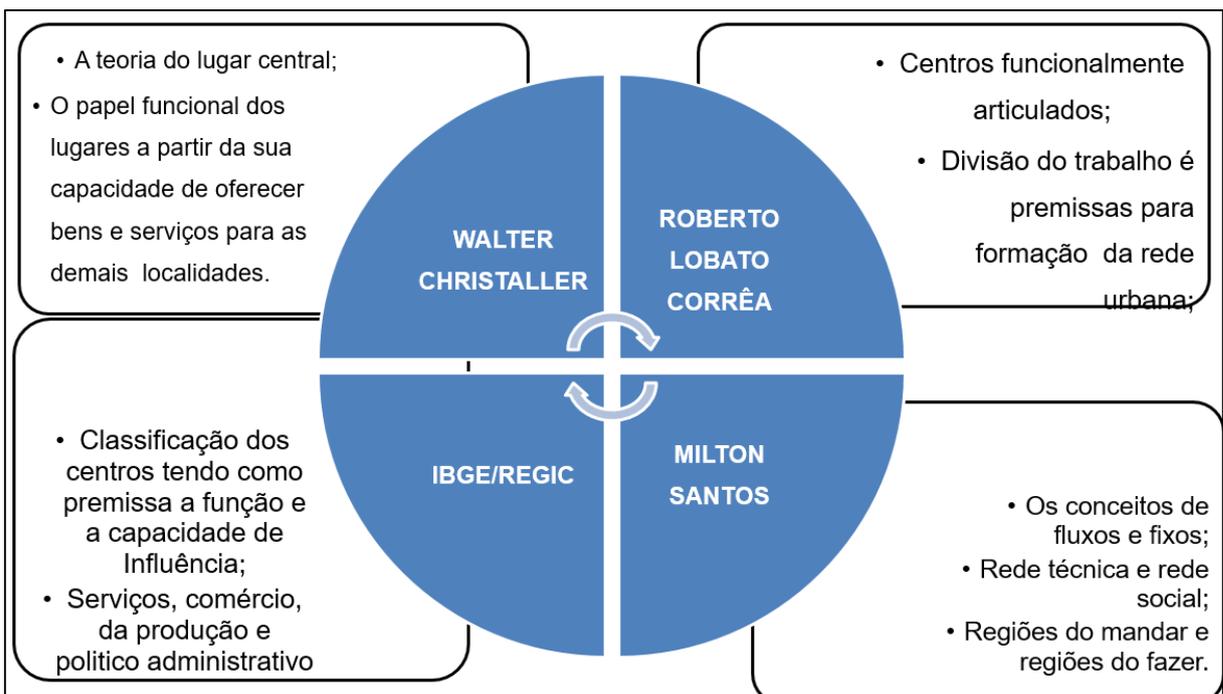


Figura 02: Autores e conceitos bases para o estudo da rede urbana de Santa Catarina
Elaboração: Felácio, 2023

O texto, portanto, se sustenta em bases teóricas metodológicas e em conceitos fundamentais para descrever e caracterizar os apontamentos da rede urbana de Santa Catarina, das relações de produção e reprodução dessas relações, do espaço geográfico produzido e reproduzido pelo homem por meio de uma correlação entre objetos naturais, culturais, políticos e econômicos (combinações geográficas).



Portanto, a dimensão socioeconômica da produção e/ou reprodução capitalista do espaço ocupado, transformado e transformador – relação dialética –, na qual constituiu e constitui a formação socioespacial que é vista aqui como premissa para uma organização espacial determinante da configuração e dinâmica da rede urbana e das interações espaciais de e em Santa Catarina.

É importante mencionar que os estudos sobre rede urbana têm se constituído em uma importante tradição no âmbito da Geografia. Conforme Corrêa (1994), tal importância deriva da consciência do significado que o processo de urbanização passou a ter, sobretudo, a partir do século XIX. A rede urbana, no mundo contemporâneo, está intrinsecamente ligado ao processo de urbanização, que forçou mudanças cruciais na sociedade do momento, pode ser vista como uma das mais variadas formas de materializar as etapas da produção capitalista.

Corrêa (1994) elenca que, contemporaneamente, a rede urbana passou a ser uma das formas nas quais produção, distribuição, circulação e consumo se realizam efetivamente – circulação do excedente. Nessa perspectiva, cabe mencionar que o desenvolvimento e estudos sobre o tema são hodiernos e têm sido abordados pelos geógrafos à luz de diferentes vias com raízes teóricas na matriz epistemológica da Ciência Geográfica. Ainda na linha histórica, é a partir de 1955 que ocorre o processo de difusão dos estudos sobre redes urbanas no campo da Geografia teórica e Geografia econômica, no qual o pensamento geográfico brasileiro entra com pioneiros estudos.

Os mais importantes dizem respeito à “diferenciação das cidades em termos de suas funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, e relações entre cidade e região” (CORRÊA, 1994. p. 10). O desenvolvimento histórico-teórico e conceitual sobre redes urbanas nos possibilita estudar uma especificidade da totalidade que se expressa no território catarinense – nesse caso, em sua configuração e dinâmica urbana.

O desenvolvimento histórico-teórico e conceitual sobre redes urbanas nos possibilita estudar uma especificidade da totalidade que se expressa no território catarinense – nesse caso, em sua configuração e dinâmica urbana. A concepção teórica-conceitual formulada por Corrêa (1994), a qual compreende a rede urbana como um conjunto funcionalmente articulado de centros que se constituem na estrutura territorial, sendo possível, por meio da rede urbana, caracterizar a criação, apropriação e circulação do valor excedente.

É a formação socioespacial/formação econômica e espacial, local das práxis: do espaço trabalhado pela sociedade, da produção material do espaço, base material; e do espaço e seu uso enquanto fator e instância social, dimensão espacial e socioeconômica, que materializa a

— as espacialidades — o que passa necessariamente pelas categorias: forma, função, estrutura e processo. Lembra Lefebvre (1999), que a análise que distingue os fatos, as formas, os aspectos e os momentos de um desenvolvimento deve também preparar a síntese, determinando as ligações internas que existem entre esses elementos, os quais são essenciais e primordiais para descrever a configuração e materializar a rede urbana de Santa Catarina, sua dinâmica e formas de interações espaciais.

Isso justifica que, para estudar a rede urbana de Santa Catarina, é essencial descrever e compreender a formação socioespacial, pois possibilita compreender as relações de produção e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas (que ao longo da história estão sempre em desenvolvimento). A formação socioespacial, na perspectiva de Espíndola (2016), é uma espécie de “filtro” que pode nos dar a descrição das forças produtivas, das relações produtivas e da estrutura material e imaterial do movimento produtivo que transita entre o universal e o particular, compreendendo que na primeira escala sempre se reporta à produção e, na segunda, à distribuição e troca.

Portanto, descrever a formação socioespacial, é descrever as mudanças das forças produtivas e mudanças nas relações de produção do território usado e herdado, temporalidades e espacialidades diferenciadas, o que propicia o surgimento de subespaços produtivos (cidades). Logo, são as forças produtivas e as relações de produção – segundo Santos (1997) classificou como sistemas de objetos e sistemas de ações – que objetivamente constituirão, a partir dos objetos fixos e fluxos, da circulação e dos “eixos” de articulação, a rede urbana; o que, por conseguinte, possibilitará descrever sua dinâmica intraurbana e interurbana interagindo espacialmente.

É, portanto, a partir da rede urbana como dimensão e resultado da formação socioespacial e reflexo das características sociais e econômicas, que se faz possível caracterizar sua dinâmica constituída por variáveis endógenas ou exógenas presentes na criação, apropriação e circulação do valor excedente. Nesse sentido, para estudar a rede urbana de Santa Catarina e caracterizar sua dinâmica, sua (re)articulação intraurbana e interurbana, apoiado no estudo de Corrêa (2006), utilizar elementos e dados que envolvam a infraestrutura, possibilitando descrever os fluxos e comercialização de mercadorias, da distribuição de bens e serviços, de pessoas e capital, além da localização e concentração espacial das indústrias e demais objetos fixos.

Esses elementos possibilitam-nos descrever as formas de articulação e de circulação quantitativamente e qualitativamente, além de propiciar a caracterização da hierarquia urbana e apontar as principais cidades com especialização funcional que dinamizam e evidenciam a

rede urbana de Santa Catarina, buscando a interpretação da realidade com base nos fatos e dados concretos, conforme a concepção materialista e histórica dialética.

Assim sendo, a formação econômica social e a formação socioespacial geraram e geram uma divisão territorial do trabalho (produção, distribuição, circulação e consumo) e que o processo de formação, da configuração e dinâmica da rede urbana de Santa Catarina e suas formas de interações espaciais, suas centralidades e hierarquias urbanas são consequências da acumulação desigual das forças produtivas que geraram diferenciação e desequilíbrios socioespaciais.

De tal forma, criaram-se estágios distintos de desenvolvimento das infraestruturas (transportes e comunicação) responsáveis pelo movimento circulatório do capital, das mercadorias, das pessoas e informações. Portanto, é a partir das proposições conceituais, que elencamos que definimos a configuração da rede urbana de Santa Catarina como resultado do desenvolvimento das forças produtivas – da formação econômica social e da formação socioespacial. Além disso, a configuração e a dinâmica territorial estão diretamente atreladas na divisão territorial do trabalho e nos permitem contextualizar a dinâmica da rede urbana de Santa Catarina.

Assim, para o entendimento de como se dá a produção capitalista desigual e combinada, fragmentada, porém articulada, materializada na rede urbana e na forma como a sociedade está inserida nesse processo, deve ser analisada a rede urbana como um conjunto de formas representativas das relações sociais que constituem os elementos que se unem e configuram a rede urbana de Santa Catarina e sua dinâmica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado é apresentar de forma quantitativa e qualitativa dados e elementos que possibilitem espacializar e apontar breves considerações sobre a rede urbana de Santa Catarina, suas centralidades e interações espaciais frente a recente reorganização do território. Portanto, buscando contribuir assim com o debate e estudos sobre a rede urbana, primordialmente de Santa Catarina, suas centralidades e funções que cada cidade exerce regionalmente – atuando na produção, distribuição ou consumo de bens, serviços e informações que se efetivam e constituem diante da construção das hierarquias, ora menos e ora mais fluidas.

De forma que definir qual rede urbana existe atualmente em Santa Catarina sua configuração e hierarquia urbana é algo que passa pela análise dos fluxos e quais tipos, além da sua intensidade sobre o território. Fluxos esses possível de ser mensurado a partir das formas e do papel que as interações espaciais desempenham sobre o território e na formação da rede urbana catarinense.



Cabe elencar que “os centros urbanos como organismos funcionais inscritos num espaço maior e exterior, com o qual mantêm relações, têm sido cada vez mais objetos dos estudos de Geografia Urbana (CORRÊA, 1967, p. 93). Na contemporaneidade, embora não seja algo exclusivo da geografia, tem-se o entendimento de que não são simples os desafios teórico - metodológicos com que essa ciência se depara, para caracterizar e descrever as diferenciações socioeconômicas e socioespaciais, sobretudo, a geografia econômica, matriz epistemológica da geografia urbana.

Além do mais, imperam desafios no sentido de caracterizar e explicar as relações de produção que ocorrem no e a partir do modo de produção capitalista, e como esses organismos funcionais efetuam suas relações, quais estruturas, os processos, as funções e formas que os sistemas de centros urbanos com heterogeneidade de subordinação, influência e complementariedade das cidades se relacionam e se interligam, constituindo assim a rede urbana.

Esses caminhos teóricos buscam, entre outras coisas, compreender como os “organismos funcionais – cidades” formam a rede urbana, que, por conseguinte, integram-se funcionalmente numa economia global a qual, segundo Corrêa (1967), às vezes, é comandada por um metrópole nacional que se constitui em sistema de relações hierárquicas. Estas relações se estabeleceram de forma muito mais complexas, dinâmicas e mais globalizadas com as revoluções industriais e tecnológicas ocorridas, que “forçaram” um maior aprofundamento da divisão social do trabalho, principalmente da divisão territorial do trabalho nas mais variadas escalas espaciais.

É nesse caminho teórico e tendo como base a ideia de que são as cidades que integram e configuram a rede urbana e o papel que ela ocupam sobre o território de Santa Catarina e como pano de fundo as mudanças que as inovações tecnológicas provocaram e ocasionam nos setores de comunicação, transportes, na esfera da produção, distribuição, circulação e consumo.

Algo que implica necessariamente apontar a divisão territorial do trabalho na escala intrarregional (Santa Catarina) como recorte territorial e parte da totalidade (extrarregional) movimento geral da produção capitalista. Não obstante, é central conhecermos o papel das cidades centrais de Santa Catarina no processo produtivo e dos mais variados fluxos de forma hierárquica regionalmente (seu entorno) e para além dos territórios regionais.

Por ora, como tal processo de centralização e hierarquia se apresenta, por exemplo, em Santa Catarina, a partir da Pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC) – informações de deslocamentos para serviços feitas pelo (IBGE, 2018/2020), que elenca concentrações urbanas e cidades com mais de 100 mil habitantes e conforme o Censo (IBGE, 2022). Essa distribuição populacional concentrada ou desigual territorial faz com que tenhamos cidades



com influências regionais, o que, por conseguinte, faz com que tenhamos interações espaciais de forma diferenciadas dentro e para fora do estado. Vejamos quais são essas cidades e sua influência urbana (tabela 03).

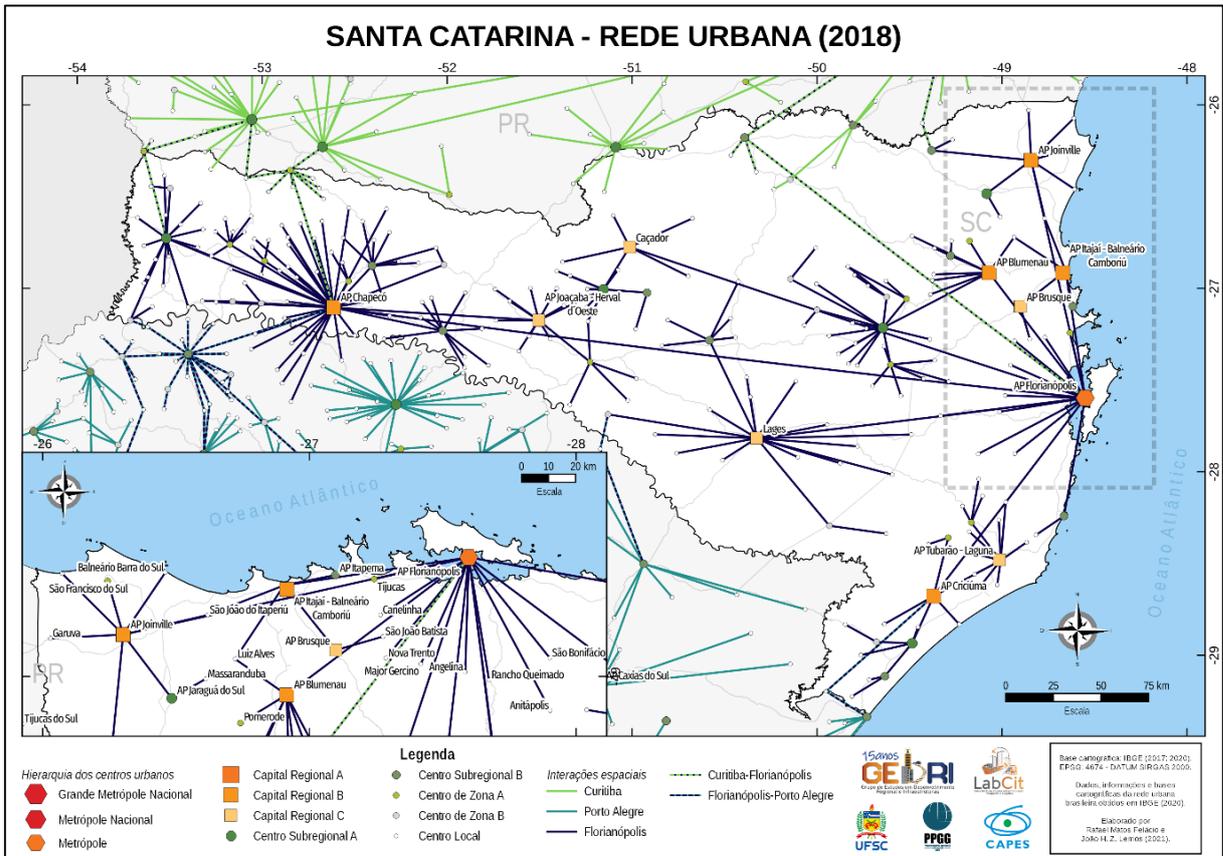
Tabela 03: As cidades com mais de 100 mil habitantes do estado de Santa Catarina-2022

Município	Número de habitantes
Joinville	617.979
Florianópolis	574.200
Blumenau	363.340
Itajaí	291.169
São José	287.409
Chapecó	251.150
Palhoça	236.638
Criciúma	231.088
Jaraguá do Sul	193.304
Lages	164.881
Brusque	141.676
Balneário Camboriú	140.036
Tubarão	114.389
Camboriú	112.167
Total de habitantes	3.719.426 milhões

Cabe mencionar que os fluxos são algo intrínseco ao processo de globalização que, por estarem atrelados diretamente às inovações tecnológicas nos setores de transportes e comunicação, promovem uma ampliação das interações espaciais e da fluidez territorial. É nesse processo que ocorre a construção de centralidades difusoras de bens e serviços. Trazendo para Santa Catarina, poderíamos elencar, por ora, que as cidades como maior demografia populacional e concentração econômica seriam esses centros de difusões, como, por exemplo, Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma e Chapecó.

Portanto, nesta esteira conceitual os fluxos (densidade: origem/destino) e fluxos de estoque (de população, bens e serviços etc.) (mapa 04) ocupam um papel conceitual importante na definição e caracterização da rede urbana, hierarquia de cidades e das formas de interações espaciais ou interdependência com outros centros urbanos. Para Corrêa (1994), a centralidade que determinada cidade possui, é construída e determinada diante da influência que a sua localidade central exerce dentro dessa área, algo que é caracterizado pelo movimento de consumidores que efetivamente se deslocam para a localidade central em busca de obtenção de bens e serviços consumidos com maior frequência seja diariamente ou semanalmente, não disponíveis no seu local de vivência e que são consumidos com menos frequência.

Mapa 04. Rede urbana e centralidades conforme as atividades de serviços e as infraestruturas técnicas de Santa Catarina - 2018



Essa perspectiva de centralidade conforme Corrêa (1994) elenca depende em certa medida do alcance espacial mínimo, ou seja, não existirá centralidade sem que ao entorno desta tenhamos quantidade suficiente de consumidores ou uma atividade comercial, de serviços ou administrativo que tenha sua existência assim exigida e viável, o que explica a construção de certas centralidades que configuraram a rede urbana ou redes geográficas.

De tal sorte que as relações que formam e constituem a conexão entre cidades, formando assim a redes urbanas que configuram a relação estabelecidas entre as cidades guardadas a relativa participação que as respectivas desempenham dentro do processo produtivo que para Corrêa (2006) tal articulação é reflexo das características econômicas e sociais do território e, por conseguinte, esta rede é entendida como uma dimensão socioespacial da sociedade.

É importante destacar que esses pontos de conexão(cidades) e diferentes cidades e destas com elas mesma dentro de um mesmo nível hierárquico ou entre níveis hierárquicos em diferentes escalas, formam as interações espaciais com áreas complementares de suas funções e que são condições primárias para a polarização e hierarquização dos espaços. Nesse momento, elenca-se aqui a teoria dos polos de Desenvolvimento de François Perroux de 1955, na qual tem como objetivo central demonstrar como os polos industriais são de fundamental importância, sendo o crescimento econômico e demográfico podem surgir em tona de uma aglomeração

urbana importante ou, a partir de disponibilidade em determinado local, bem como locais de passagem e fluxos comerciais.

Esse processo segundo a perspectiva de Perroux (1955) pode ser “transportada “para Santa Catarina para explicar o papel de cidades centralizadoras e com forte influência regional e na rede urbana de Santa Catarina. Vale, por exemplo, para região industrial metal mecânica de Joinville, o têxtil de Blumenau, da agroindústria de Chapecó, da mineração e cerâmica de Criciúma, da indústria de papel e celulose no planalto, comercial e pesqueira como Itajaí e Florianópolis com seu papel administrativo ou de ensino.

Neste caso, como compreendido por Corrêa (1999 e 2006), na medida em que suas especializações produtivas a fazem manter relações com centros localizados a grande distâncias fazendo com que haja diferenciação das disposições espaciais dos elementos fixos e dos fluxos. E ainda conforme Corrêa (1999 e 2006) podemos identificar esse processo na gestão entre empresas, concentração bancária e os centros de gestão do território de forma hierárquica e da situação das pequenas cidades diante do processo de globalização e da reestruturação das redes urbanas e suas formas de interações espaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da premissa de que a rede urbana é um fenômeno a posteriori do estágio de desenvolvimento (forças produtivas) no qual determinada sociedade está e que mudanças nas forças produtivas, conseqüentemente ocasionará mudanças na rede urbana, sendo que, o papel das forças produtivas atuantes e formadoras de uma certa divisão territorial do trabalho produzirá interações espaciais criadoras e geradores de (redes, circulação da produção).

Isso quer dizer que, as tipologias das redes, a centralidades e hierarquia urbana – expressa via rede urbana, são consequência das formas de interações espaciais que a própria lógica produtiva do capitalismo produz – divisão territorial do trabalho, que impõe nesse caso sobre o território catarinense em estágios de desenvolvimento desigual, porém combinado.

De modo geral, falar em rede urbana ou em redes geográficas, há que se considerar a divisão territorial do trabalho, as etapas da produção, da circulação, do consumo, o papel que a comunicação, o setor do comércio e serviços que atuam na formação e dentro desta rede. Sobretudo, cabe destacar que não é possível falar em rede urbana sem levar em consideração as formas de interações espaciais presente sobre o território aqui estudado.

Portanto, falar em centralidades urbanas da rede urbana de Santa Catarina, passa necessariamente pelo o papel que esse centro desempenha em algumas das etapas do capitalismo, de tal modo que o processo de desenvolvimento do capitalismo e sua reprodução produz uma configuração espacial, que nesse caso, pode ser expressa via rede urbana. Por fim,

O que se pode inferir até o momento é que os elementos constituintes do movimento circulatório do capital (produção, distribuição, circulação e consumo) e seu processo de evolução atuaram e atuam diretamente na organização e reorganização espacial de Santa Catarina.

Destaca-se que a formação e configuração da rede urbana que passam necessariamente pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e pelas formas de interações espaciais geradoras de centralidades e de hierarquias urbanas da rede urbana do estado catarinense. A partir da presente discussão é possível afirmar que cada centro ou centralidade de uma rede urbana, seja com menor ou maior participação no processo de produção capitalista irão participar de um ou mais circuito da produção – primordialmente na produção, distribuição ou consumo de bens, serviços e informações que se efetivam e constituem a(s) rede(s) urbana(s) diante da construção das hierarquias, ora menos e ora mais fluidas, que passam necessariamente pelas espacializações dos sistemas técnicos e das formas de interações espaciais.

REFERÊNCIAS

CARIO, Silvio. A. F.; FERNANDES, R. L. **Indústria em Santa Catarina: processo de desindustrialização relativa e perda de dinamismo setorial.** In: MATTEI, Lauro.; LINS, Hoyedo. N. (Org.) A Socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI, Chapecó: Argos 2010. p.197-247.

CORRÊA, R. L. **Os estudos de redes urbanas no Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, v. 29, n. 4, p. 93-116, out./dez. 1967.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** Rio de Janeiro: Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** Rio de Janeiro: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

CHRISTALLER, W. **Die zentralen Orte in Süddeutschland.** Jena: Gustav Fischer, 1933.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/> <acessado em maio de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC.** Disponível em <Acesso em maio de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Centro de Documentação e Disseminação de Informações Base de informações do Censos Demográficos:**

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.



XV
ENAN
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

PERROUX, F. **O conceito de pólo de crescimento.** In: FAISSOL, S. (Org.). Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, p. 97-110, 1978.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira.** 5º Ed. São Paulo: Edusp, 2009.